



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno

Prestação de Contas

da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Exercício Financeiro de 2023

2024

***Assessoria de Controle Interno e Auditoria
da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão***

Composta por:

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria

Alan Vasconcelos Santos
Analista Ministerial

Fábio Rafael Viana Lobato da Silva
Analista Ministerial

Francisca Ferreira de Sousa
Analista Ministerial

Raimundo João Serejo Azevedo Filho
Técnico Ministerial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. DO ORÇAMENTO	5
2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais.....	5
2.2 Das Receitas.....	6
2.3 Das Despesas.....	9
3. DO FINANCEIRO	13
4. DO PATRIMÔNIO	15
5. DA DESPESA EXECUTADA POR AÇÃO	23
6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	25
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Controle Interno de Certificação de Contas, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários à sua composição.

Neste relatório, faz-se uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2023, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios contidos na prestação de contas e em dados do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA e do GESP – Módulos Patrimônio e Material.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

2. DO ORÇAMENTO

2.1 Da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual – Lei Estadual nº. 11.871, de 29/12/2022, autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 589.242.000,00 (quinhentos e oitenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil reais) e, mediante abertura de créditos adicionais e anulações, tal montante foi alterado para R\$ 731.468.998,56 (setecentos e trinta e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), conforme se apresenta na tabela abaixo:

DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES
(+) Dotação Inicial	589.242.000,00
(+) Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior	550.221,00
(+) Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação	90.000.000,00
(+) Crédito Adicional Suplementar por Anulação	51.708.600,00
(–) Anulações de Créditos	31.822,44
(=) Dotação Atualizada	731.468.998,56

No exercício em exame, foram realizadas aberturas de créditos suplementares em favor da PGJ, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, aumentando o valor global das dotações em R\$ 142.258.821,00 (cento e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais), ao valor global das dotações, como se passa a detalhar:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

DEMONSTRATIVO DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS (R\$)					
Decreto Estadual	Data Diário Oficial	Suplementar por Superávit Financeiro do Exercício Anterior	Suplementar por Excesso de Arrecadação	Suplementar por Anulação	TOTAL
38.321/2023	26/05/2023	550.221,00			550.221,00
38.541/2023	20/09/2023		90.000.000,00		90.000.000,00
38.764/2023	07/012/2023			51.708.600,00	51.708.600,00
TOTAL					142.258.821,00

2.2 Das Receitas

A Procuradoria Geral de Justiça não possui arrecadação de receitas próprias, sendo contemplada no orçamento do Estado, recebendo para a execução de suas despesas repasses financeiros do Tesouro Estadual em forma de duodécimos em observância à Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2023				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	55.966,14	55.966,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	55.966,14	55.966,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA				
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64				
Período: Janeiro a Dezembro de 2023				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	55.966,14	55.966,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	55.966,14	55.966,14
DEFICIT (VI)			730.296.741,98	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	730.352.708,12	55.966,14

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal Módulo de Contabilidade

Conforme se depreende da análise do Balanço Orçamentário acima, no exercício, houve uma pequena receita orçamentária, no valor de R\$ 55.966,14 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e catorze centavos), gerando consequentemente um déficit orçamentário no montante de R\$ 730.296.741,98 (setecentos e trinta milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Já no Balanço Financeiro abaixo, podemos observar que os ingressos foram decorrentes das transferências financeiras recebidas independentes da execução orçamentária, no montante de R\$ 725.674.992,25 (setecentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos).

BALANÇO FINANCEIRO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2023		
INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)	55.966,14	550.221,00
Ordinária	-	-
Vinculada	55.966,14	550.221,00
Outras Vinculações de Recursos	55.966,14	550.221,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	725.674.992,25	665.039.988,73
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	725.674.992,25	665.039.988,73
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	156.372.020,41	138.192.654,71
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	5.656.105,65	4.694.357,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.098.081,55	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	149.617.833,21	133.498.297,03
Aplicações do RPPS	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	20.498.101,53	11.763.804,91
Caixa e Equivalente de Caixa	11.837.742,40	11.763.804,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.660.359,13	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	902.601.080,33	815.546.669,35

SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal Módulo de Contabilidade



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

2.3 Das Despesas

A execução da despesa orçamentária da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2023, pode ser demonstrada como segue, conforme respectivo Balanço Orçamentário:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2023						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	562.927.000,00	724.698.061,56	723.718.992,99	718.761.260,25	717.663.178,70	979.068,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	395.097.000,00	545.222.986,00	545.002.225,99	545.002.225,99	544.136.603,99	220.760,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.830.000,00	179.475.075,56	178.716.767,00	173.759.034,26	173.526.574,71	758.308,56
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	26.315.000,00	6.770.937,00	6.633.715,13	5.935.342,22	5.935.342,22	137.221,87
INVESTIMENTOS	26.315.000,00	6.770.937,00	6.633.715,13	5.935.342,22	5.935.342,22	137.221,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	589.242.000,00	731.468.998,56	730.352.708,12	724.696.602,47	723.598.520,92	1.116.290,44
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Quando fazemos o cotejo entre as **despesas empenhadas** e as **despesas pagas**, por **categoria econômica**, no exercício de 2023, verificamos um equilíbrio, uma vez que 99,16% das **despesas correntes** e 89,47% das **despesas de capital** empenhadas foram pagas, na forma abaixo demonstrada:

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS PAGAS (B)	% (B / A)
DESPESAS CORRENTES	723.718.992,99	717.663.178,70	99,16
DESPESAS DE CAPITAL	6.633.715,13	5.935.342,22	89,47
TOTAL DAS DESPESAS	730.352.708,12	723.598.520,92	99,08

Quando fazemos a mesma análise, mas com base no **grupo de natureza de despesa**, constatamos que o **maior percentual** das despesas pagas relativamente ao montante empenhado ocorreu no grupo de **pessoal e encargos sociais**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS PAGAS (B)	% (B / A)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	545.002.225,99	544.136.603,99	99,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	178.716.767,00	173.526.574,71	97,10
INVESTIMENTOS	6.633.715,13	5.935.342,22	89,47
TOTAL	730.352.708,12	723.598.520,92	99,08

Como se observa nos demonstrativos acima, no exercício de 2023, foram pagos 99,08% do valor total das despesas empenhadas, sendo que a diferença, no percentual de 0,92%, que corresponde ao valor de R\$ 6.754.187,20 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), foi inscrita em restos a pagar, no final de tal exercício.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Das despesas empenhadas no exercício de 2023, no montante de R\$ 730.352.708,12 (setecentos e trinta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oito reais e doze centavos), a quantia de R\$ 723.598.520,92 (setecentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e vinte reais e noventa e dois centavos) foi paga no exercício, o que resultou na inscrição de restos a pagar, no final do exercício de 2023, no montante de R\$ 6.754.187,20 (seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), na forma abaixo descrita:

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	VALORES
(+) Despesas Empenhadas	730.352.708,12
(-) Despesas Pagas	723.598.520,92
(=) RESTOS A PAGAR – INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	6.754.187,20
Restos a Pagar Não Processados	5.656.105,65
Restos a Pagar Processados	1.098.081,55

Do valor total inscrito em restos a pagar no final do exercício de 2023, a maior parte em torno de 84% corresponde aos restos a pagar não processados.

Quanto à **execução da despesa extra orçamentária**, verificamos que, do montante de R\$ 4.735.443,57 (quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e sete centavos), inscrito em restos a pagar em 2022 e em exercícios anteriores, foi realizado o desembolso para pagamento no valor de R\$ 4.041.146,50 (quatro milhões, quarenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), de modo que a diferença, no valor de R\$ 694.297,07 (seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e sete centavos), parte foi reinscrita em restos a pagar no valor de R\$ 424.906,70 (quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e seis reais e setenta centavos) e o restante, no valor de R\$ 269.390,37 (duzentos e



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

sessenta e nove mil, trezentos e noventa reais e trinta e sete centavos) foi cancelado no final de 2023, gerando uma disponibilidade financeira como fonte de recurso para composição do superávit financeiro no final do exercício.

No que tange às **despesas com pessoal e encargos sociais**, ao longo do exercício de 2023, verificamos que, após as deduções legais, a despesa líquida com pessoal e seu respectivo comprometimento em relação à receita corrente líquida estadual apresentaram os seguintes valores nos três quadrimestres do referido exercício, conforme art. 20, II, “d”, da Lei Complementar nº. 101/2000-LRF, conforme consta na tabela abaixo:

QUADRIMESTRE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA COM PESSOAL
1º.	449.066.488,60	22.456.262.019,29	2,00%
2º.	462.719.668,06	22.672.627.862,38	2,04%
3º.	470.386.749,87	23.037.993.207,05	2,04%

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

3. DO FINANCEIRO

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ficou evidenciado que, no início do exercício de 2023, a Procuradoria Geral de Justiça apresentou disponibilidade de caixa no montante de R\$ 11.837.742,40 (onze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), sendo que, ao final de tal exercício, o saldo em questão diminuiu para R\$ 10.374.312,60 (dez milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e doze reais e sessenta centavos).

O fluxo financeiro pode ser demonstrado no quadro a seguir:

FLUXO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2022:	11.837.742,40
INGRESSOS	887.296.132,94
(+) Receitas derivadas e originárias	55.966,14
(+) Outros ingressos operacionais	887.240166,80
DESEMBOLSOS	(888.759.562,74)
(-) Pessoal e demais despesas	639.861.021,95
(-) Transferências concedidas	79.149.410,64
(-) Outros desembolsos operacionais	161.119.895,32
(-) Aquisição de ativo não circulante	8.629.234,83
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2023:	10.374.312,60



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Após análise do Balanço Financeiro, verificamos que houve a diminuição do saldo em espécie em caixa no final do exercício, o que demonstra um resultado financeiro negativo no montante de R\$ 1.463.429,80 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), na forma abaixo demonstrada:

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(+) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	10.374.312,60
(-) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	11.837.742,40
RESULTADO FINANCEIRO NEGATIVO	(1.463.429,80)

Os recursos financeiros da Procuradoria Geral de Justiça e os depósitos de terceiros em espécie sob nossa responsabilidade foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, formando o saldo das disponibilidades de caixa em 31/12/2023, após as devidas conciliações bancárias, atendendo à determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/ POUPANÇA	SALDO SIGEF EM 31/12/2023
BANCO DO BRASIL	3846-6	159427-3	9.469.510,30
		9358-0	606.187,14
		5229-9	81.470,99
		9513-3 *	217.144,17
TOTAL			10.374.312,60

NOTA: *Valor em espécie na conta contábil 1.1.1.3.02.00.00 = GARANTIAS

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

4. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2023, estão demonstradas, por determinação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e da Lei Federal nº. 4.320/1964, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Preliminarmente, cumpre registrar a perene diligência do Ministério Público do Estado do Maranhão no tocante à observância dos normativos emanados dos órgãos de controle externo, notadamente, no contexto do presente item deste relatório, das prescrições contidas nos seguintes instrumentos:

I) Portaria STN nº. 548/2015 (dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual), da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que estabelece para os Estados, já a partir do exercício de 2019, a obrigatoriedade dos registros contábeis concernentes ao “reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável”;

II) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; e

III) Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº. 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis, emitida pela STN.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Como parte dos esforços envidados para dar fiel cumprimento aos referidos normativos, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão determinou, mediante a edição da PORTARIA-GAB/PGJ-50542019, a designação de servidores para comporem comissão visando o estabelecimento e normatização dos procedimentos a serem utilizados na implementação da depreciação de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo em vista o Processo Administrativo nº. 6638/2019.

Deste modo, após circunstanciada análise das normas afins, bem como da realidade institucional deste Ministério Público Estadual, foram apresentados pela aludida comissão um Relatório Técnico (Reconhecimento, Mensuração, Depreciação e Reavaliação do Ativo Imobilizado) e uma minuta de Ato Regulamentar, o que ensejou a edição das seguintes normas, no âmbito deste Órgão Ministerial:

I) Ato Regulamentar nº. 026/2019-GPGJ, que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados (bens móveis permanentes e bens imóveis), assim como para a implementação da depreciação e da reavaliação desses; e

II) Ato Regulamentar nº. 027/2019-GPGJ, que instituiu o Sistema GESP – Módulos Patrimônio e Material, como sistema oficial de gestão patrimonial utilizado no âmbito do Ministério Público Estadual, a partir do exercício de 2023.

Assim, na senda do cumprimento dos normativos e instrumentos regulamentares até aqui elencados, este Ministério Público Estadual implementou, já no exercício de 2019, procedimentos referentes ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos seus bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização ou exaustão, bem como reavaliação e redução ao valor recuperável.



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

No contexto específico dos bens móveis permanentes, procedeu-se à depreciação no Sistema GESP – Módulo Patrimônio, adotando-se como parâmetro os respectivos valores de aquisição.

Na seara da gestão patrimonial dos bens imóveis, com fulcro sobretudo no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura – COEA, em alinhamento com a Coordenadoria de Administração – CAD e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, deste Órgão, procederam à segregação entre os terrenos e as edificações, com reflexos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA.

Posteriormente, com base nos cálculos efetuados pela COEA, os referidos bens imóveis (terrenos e edificações) foram reavaliados e, por fim, as edificações sofreram as devidas depreciações.

Ao termo dessa breve contextualização, necessária para melhor compreensão da temática em questão, damos continuidade ao relatório, com a avaliação do resultado patrimonial da unidade gestora em análise.

Considerando que a apuração do resultado patrimonial implica o confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD), restou evidenciado, após análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que ocorreu um resultado superavitário do período de R\$ 21.837.765,54 (vinte e um milhões, oitocentos e trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), na forma demonstrada pela tabela a seguir:



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	
1. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	750.656.097,29
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLIC. FINANCEIRAS	55.966,14
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	750.492.808,82
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	107.322,33
2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	728.818.331,75
PESSOAL E ENCARGOS	545.002.225,99
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	46.439.394,16
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	134.489.228,05
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.036.480,22
DESVALOR. E PERDA DE ATIVO E INCORP. PASSIVO	1.043.256,60
TRIBUTÁRIAS	807.746,73
3. RESULTADO PATRIMONIAL POSITIVO DO PERÍODO	21.837.765,54

Para melhor compreensão da gestão dos bens patrimoniais, discriminaremos os cenários relativos aos bens de estoque, aos bens móveis e aos bens imóveis, ao fim do exercício de 2023.

a) quanto aos **bens de estoque**, o saldo inicial do exercício de 2023 na referida conta foi de R\$ 807.832,18 (oitocentos e sete mil e oitocentos e trinta e dois reais e dezoito centavos), encerrando-se com R\$ 939.962,41 (novecentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos), havendo, desta forma, um aumento dos referidos bens, na ordem de R\$ 132.130,23 (cento e trinta e dois mil, cento e trinta reais e vinte e três centavos), conforme movimentação a seguir:



Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS DE ESTOQUE NO EXERCÍCIO	
SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2022:	807.832,18
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS	1.411.528,11
(-) TOTAL DAS BAIXAS	1.279.397,88
SALDO DOS BENS DE ESTOQUE EM 31/12/2023:	939.962,41
ACRÉSCIMO DOS BENS DE ESTOQUE EM 2023:	132.130,23

b) quanto aos **bens móveis**, verificamos que, após confrontar as aquisições orçamentárias e extra orçamentárias, bem como as desincorporações e depreciações patrimoniais, constatamos um acréscimo patrimonial no valor líquido contábil dos bens móveis, na ordem de R\$ 13.732.620,63 (treze milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e três centavos), conforme segue abaixo demonstrado:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2022: (A)	78.910.646,51
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS ATÉ 31/12/2022:	48.797.951,45
(=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2022:	30.112.695,06
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS (B)	8.613.114,87
(+) AQUISIÇÕES DE BENS MÓVEIS PELO FEMPE (C)	11.186.317,65
(-) TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS (D)	248.326,19
(-) PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MÓVEIS (E)	793.498,94
(=) SALDO DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2023: (F) = A + B + C - D - E	97.668.253,90
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS ATÉ 31/12/2023:	53.822.938,21
(=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS MÓVEIS EM 31/12/2023:	43.845.315,69
ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NO VALOR LÍQUIDO DOS BENS MÓVEIS EM 2023:	13.732.620,63

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Cabe registrar que a desincorporação dos bens móveis foi decorrente de baixa administrativa, de doação e de inservibilidade, no montante de R\$ 1.041.825,13 (um milhão, quarenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e treze centavos), na forma a seguir descrita:

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS NO EXERCÍCIO	
POR BAIXA ADMINISTRATIVA	5.732,00
POR DOAÇÃO	248.326,19
POR INSERVIBILIDADE	787.766,94
TOTAL DAS DESINCORPORAÇÕES DOS BENS MÓVEIS:	1.041.825,13

c) quanto aos **bens imóveis**, verificamos que houve aquisições, incorporações, desincorporações e depreciações patrimoniais resultando em um aumento patrimonial no valor líquido contábil de R\$ 11.824.937,82 (onze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o demonstrativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS NO EXERCÍCIO	
SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2022: (A)	178.892.015,85
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS ATÉ 31/12/2022:	4.152.840,92
(=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2022:	174.739.174,93
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS (B)	16.119,96
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (DOAÇÃO RECEBIDA) (C)	200.000,00
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (TRANSFERÊNCIA FEMPE) (D)	13.150.498,92
(-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (E)	249.757,66
(=) SALDO DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2023: (F) = A + B + C + D - E	192.008.877,07
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS ATÉ 31/12/2023:	5.444.764,32
(=) VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL DOS BENS IMÓVEIS EM 31/12/2023:	186.564.112,75
ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NO VALOR LÍQUIDO DOS BENS IMÓVEIS EM 2023:	11.824.937,82



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Quanto ao **superávit financeiro do exercício de 2023**, ao analisarmos os Balanços Patrimonial e Financeiro, verificamos que sua apuração consiste na diferença entre o Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, resultando em um Superávit Financeiro de R\$ 1.960.538,55 (um milhão, novecentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
1. ATIVO FINANCEIRO	19.093.735,20
2. PASSIVO FINANCEIRO	(17.133.196,65)
SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.960.538,55

O sobredito montante segue abaixo analiticamente demonstrado por fonte de recurso, no Balanço Patrimonial da Procuradoria Geral de Justiça:

BALANÇO PATRIMONIAL - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64 Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022		
QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
1.500 Recursos Não Vinculados de Impostos	672.033,51	5.455.513,04
1.703 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	55.966,14	550.221,00
2.500 Superavit de Recursos Não Vinculados de Impostos	1.095.317,90	1.095.317,90
2.703 Superávit - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades - Fte 2703.00000	137.221,00	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	1.960.538,55	7.101.051,94

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

Sob nossa **responsabilidade com terceiros**, verificamos a existência do montante de R\$ 9.954.102,75 (nove milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e dois reais e setenta e cinco centavos), sendo que, deste valor, R\$ 8.936.566,77 (oito milhões, novecentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos) correspondem a depósitos e garantias; e a diferença de R\$ 1.017.535,98 (um milhão, dezessete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos) refere-se a outros consignatários (consignações e retenções).

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

5. DA DESPESA EXECUTADA POR AÇÃO

Quanto ao cumprimento das metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a informar que, em 2023, esta Unidade Orçamentária 070101 - Procuradoria Geral de Justiça contemplou 02 (dois) programas, intitulados **337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça e 411 - Apoio Administrativo**. O primeiro com uma ação institucional, 2963 - **Coordenação das Ações Essenciais à Justiça**; e o segundo com três ações institucionais, a saber: 900 - **Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual**, 901 - **Contribuição ao Regime Geral da Previdência** e 963 - **Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais**.

Quanto à gestão do orçamento desta unidade, verificamos que os Programas 337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça e 411 - Apoio Administrativo comprometeram 98,92% do orçamento autorizado.

Tais informações foram colhidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN/MA, conforme se observa no Demonstrativo a seguir.

Prestação de Contas da PGJ | Exercício Financeiro de 2023



Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA POR UNIDADE GESTORA - PROGRAMAS E AÇÃO

EXERCÍCIO 2023

7101 - Procuradoria Geral da Justiça															
TOTAL GERAL							VALOR: R\$								
							DOT. INICIAL	DOT. ATUAL (A)	EMP. (B)	SALDO (A-B)	(% B/A)	LIQUIDADO (C)	(% C/A)	PAGO (D)	(% D/A)
							589.242.000,00	731.500.821,00	730.384.530,56	1.116.290,44	99,85%	724.728.424,91	99,07%	723.629.850,32	98,92%
7101 - Procuradoria Geral da Justiça															
Programa: (337) - Gestão de Ações Essenciais à Justiça															
COD.	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT. INICIAL	DOT. ATUAL (A)	EMP. (B)	SALDO (A-B)	(% B/A)	LIQUIDADO (C)	(% C/A)	PAGO (D)	(% D/A)
2963	Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela Despesa	Unidade	0	0	0,00%	486.546.000,00	640.841.409,00	639.834.815,11	1.006.593,89	99,84%	634.178.709,46	98,96%	633.945.756,87	98,92%
Comentário: -															
TOTAL							486.546.000,00	640.841.409,00	639.834.815,11	1.006.593,89	99,84%	634.178.709,46	98,96%	633.945.756,87	98,92%
7101 - Procuradoria Geral da Justiça															
Programa: (411) - Apoio Administrativo															
COD.	AÇÃO	PRODUTO	UNI. MEDIDA	META FÍSICA			VALOR: R\$								
				PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT. INICIAL	DOT. ATUAL (A)	EMP. (B)	SALDO (A-B)	(% B/A)	LIQUIDADO (C)	(% C/A)	PAGO (D)	(% D/A)
900	Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Medido pela Despesa	Unidade	0	0	0,00%	87.000.000,00	78.411.067,00	78.411.065,90	1,099999994	100,00%	78.411.065,90	100,00%	78.411.065,90	100,00%
Comentário: -															
901	Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Medido pela Despesa	Unidade	0	0	0,00%	15.000.000,00	11.510.000,00	11.400.304,81	109.695,19	99,05%	11.400.304,81	99,05%	10.534.682,81	91,53%
Comentário: -															
963	Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais	Medido pela Despesa	Unidade	0	0	0,00%	696.000,00	738.345,00	738.344,74	0,26	100,00%	738.344,74	100,00%	738.344,74	100,00%
Comentário: -															
TOTAL							102.696.000,00	90.659.412,00	90.549.715,45	109.696,55	99,88%	90.549.715,45	99,88%	89.684.093,45	98,92%

“2024 – O Ministério Público na proteção dos direitos das comunidades quilombolas e da segurança alimentar”

Av. Prof. Carlos Cunha, s/n - Calhau, São Luís/MA, CEP: 65076-820 | Telefone: (98) 3219-1774 | e-mail: auditoria_interna@mpma.mp.br



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

6. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link “<https://www.mpma.mp.br/category/portal-da-transparencia/execucao-orcamentaria-e-financeira/?post=2561#result>”, podem ser acessadas, por qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

Relatório do Controle Interno | Prestação de Contas da PGJ | Exercício de 2023

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a legislação pertinente à matéria, notadamente a Lei Federal nº. 4.320/1964 e a Lei Estadual nº. 11.871/2022, bem como as Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, e com base na documentação disponibilizada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças desta Procuradoria, nos relatórios constantes na prestação de contas em análise e nos registros dos sistemas SIGEF/MA, SISPCA e GESP – Módulos Patrimônio e Material, manifestamo-nos pela regularidade da Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça, referente ao exercício de 2023, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial, especificamente no que tange à realização da receita e à execução da despesa.

Impende sublinhar que a manifestação supra não elide e nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o relatório que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria encaminha ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis.

São Luís (MA), 19 de março de 2024.

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Analista Ministerial
Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria